



NO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Ajuda do FMI nos domínios bancário e das alfândegas

Uma delegação técnica do Fundo Monetário Internacional que visitou o nosso país durante 15 dias, partiu ontem para Washington. Esta visita insere-se no quadro das consultas anuais do FMI junto do nosso Governo, não só no sentido do cumprimento das cláusulas da organização, mas também com vista a exploração das possibilidades de obtenção, para o mesmo, de acesso aos recursos financeiros do Fundo.

O FMI fornecerá ao nosso país ajuda técnica nos domínios bancário e na administração de alfândegas, conforme declarou à partida John Mchenaghan, chefe da delegação, tendo acrescentado que, no futuro, existem possibilidades de outras áreas virem a ser beneficiadas. No entanto, reconhece-se que o nosso país, como membro do FMI e do Banco Mundial, já beneficiou de um empréstimo de 10 milhões de dólares concedidos pela AID, Agência Internacional para o Desenvolvimento, destinados à rede rodoviária do sul e do norte do país.

Durante a sua permanência, a delegação do FMI teve sessões de tra-

balho com representantes de vários departamentos do nosso Estado ligados aos assuntos económicos, tendo as nossas delegações sido chefiadas pelo camarada Vasco Cabral, Comissário de Estado da Coordenação Económica e Plano, e posteriormente, pelo camarada Carlos Correia, Comissário de Estado das Finanças.

John Mchenaghan afirmou que no decorrer das sessões de trabalho com representantes do nosso Governo, teve oportunidade de analisar a situação da nossa economia, tendo apresentado algumas sugestões em relação aos sectores que, actualmente, apresentam problemas. Por outro lado, o chefe da delegação mostrou, nas suas declarações, estar satisfeito com a colaboração existente entre o nosso Governo e o FMI.

Antes de deixar o nosso país, a delegação do FMI foi recebida em audiência pelo camarada João Bernardo Vieira (Nino), membro da Comissão Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado.

Durante a 1.ª Conferência Nacional Realfirmada a confiança do Partido na UNTG

A total confiança do nosso Partido e do Estado na UNTG foi reafirmada pelo seu porta-voz à 1.ª Conferência Nacional. Confiança na sua capacidade de cumprir cabalmente a sua missão ao serviço das massas trabalhadoras e da Pátria; na sua fidelidade sem falhas aos superiores objectivos definidos pelo PAIGC; no seu empenhamento total na batalha difícil da Reconstrução Nacional; na sua determinação de mobilizar o contributo dos nossos trabalhadores para a batalha que hoje se trava por todo o local contra as forças de dominação, de exploração e de guerra e donde emergirá, indubitavelmente, o mundo novo com que sonham todos os trabalhadores: um mundo de justiça social autêntica, de liberdade, de progresso verda-

deiro, de paz e fraternidade entre todos os povos.

Reunida durante dois dias em Bissau, a Conferência discutiu e aprovou diversos documentos, dos quais há a salientar o projecto de estatutos provisórios e da resolução final. Os 132 delegados presentes debateram igualmente o vasto relatório apresentado pelo responsável sindical e aprovaram a moção dirigida pela Conferência à Direcção Superior do Partido.

Como oportunamente noticiámos, foi eleito o Conselho Nacional Provisório e a Comissão Nacional Provisória de Controlo, o primeiro, organismo superior da UNTG depois do Congresso e da Conferência e o segundo, órgão responsável pela fiscalização e controlo das actividades daque-

Formado o novo secretariado do MPLA e preenchidas as vagas no Governo

LUANDA 22 — O presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, Agostinho Neto, promulgou os decretos de nomeação de nove novos membros do governo, anunciou ontem a agência angolana, Angop.

A Angop anunciou, por outro lado, a formação de um novo secretariado do MPLA composto por 11 membros que permanecerão em funções até à próxima reunião do Comité Central do partido.

Foram nomeados para o governo as seguintes personalidades: José Eduardo dos Santos (antigo primeiro vice-Primeiro Ministro), ministro do Plano e presidente da Comissão Nacional do Plano, Horácio Pereira Bráz da Silva, ministro da Habitação, Manuel Alves Manguieira, vice-ministro da Habitação, Carlos Alberto Van Dunem, ministro do Comércio Interno, Florêncio Gaspar Martins, vice-ministro do Comércio Interno, Antó-

nio José Ferreira, vice-ministro da Saúde, Paulino Pinto (antigo ministro do Comércio Interno), vice-ministro do Comércio Externo, Adolfo Nsilango, secretário de Estado da Cooperação e Rui Mingas Dias, secretário de Estado do Conselho Nacional da Educação Física e dos Desportos.

Por seu turno, o novo Secretariado do MPLA — Partido do Trabalho, cuja composição foi anunciada quinta-feira à noite por um comunicado do Bureau Político, é formado pelas seguintes personalidades: Lúcio Lara, secretário interino do

Departamento de Educação e secretário do Departamento da Organização do Partido; José Eduardo dos Santos, secretário do Departamento do Desenvolvimento Económico e Planificação; Henrique Carvalho Santos (Onambwe), secretário dos Estudos Jurídicos; Ilídio Tomé Alves Machado, secretário do Departamento de Administração e Finanças e do Departamento de Controlo Financeiro do Estado; Manuel Bernardo de Sousa, secretário do Departamento de Apoio às Organizações de Massa e do Departamento de Instituição do

Poder Popular; Alfonso Van Dunen (M'BINDA) secretário do Departamento das Relações Exteriores e da Organização da Juventude; comandante António dos Santos Franca (N'Dalu), secretário do Departamento da Cultura e dos Desportos; Paulo Teixeira Jorge, secretário do Departamento da Cooperação; Hermínio Joaquim Escórcio, secretário do Departamento da Segurança; Agostinho Mendes de Carvalho, secretário do Departamento da Saúde e dos Assuntos Sociais e Manuel Pedro Pacavira, secretário da Agricultura, Pecuária e das Pescas.

Resolução da IV Assembleia da Saúde

Descentralizar a saúde para dar autonomia às regiões

● Um centro para cada 5 mil habitantes

As actividades do Comissariado de Estado de Saúde e Assuntos Sociais vão ser reforçadas nos próximos anos com a adopção das resoluções finais tomadas no termo da IV Assembleia Nacional de Saúde. O documento, sobre o qual apresentamos alguns pontos de propostas e recomendações, várias medidas relacionadas com a criação de um centro de saúde para cada

cinco mil habitantes, a realização de seminários e inquéritos epidemiológicos sobre a saúde mental e doenças venéreas, política de luta contra as grandes endemias, abastecimento de água potável. Por outro lado, a IV Assembleia propõe uma política de formação de quadros e a criação de uma comissão para a revisão de salários, a acção do CESAS no desenvolvimento co-

munitário e aprovou também um estatuto orgânico do Comissariado.

Os trabalhos da reunião decorreram em comissões plenárias, durante uma semana, intercalados por sessões culturais, além da ilustração de uma significativa exposição intitulada «A Tecnologia Popular».



Iluminação na Avenida da Unidade Africana

Camarada Director:

Não vou ser longo neste meu desabafo, na medida em que o caso de que irei falar nesta coluna dos leitores não dá motivos para tantas voltas. Assim, abordarei restritamente aquilo que vejo e que penso que talvez seja visto da mesma maneira por todos.

Trata-se da iluminação na Avenida da Unidade Africana, mesmo muito antes dos cortes de energia, a iluminação nesta avenida era quase nula senão nula mesmo, porque na realidade só é iluminada, mas alternadamente, desde o cruzamento da mesma avenida com a de Pansau N'Isna até ao jardim da 2.ª Esquadra, e o resto está por iluminar, facto que torna a mesma toda escura, o que a torna indigna do nome que lhe é posto, que é de Unidade Africana.

Já que, segundo consta, a central já se encontra a funcionar num ritmo normal, gostaria de encontrar uma resposta junto aos camaradas técnicos nesse assunto. Porque é que a Avenida da Unidade Africana não é iluminada no todo? Quem diz esta avenida diz outras, por exemplo, a de Amílcar Cabral, e outras mais, sem excluir os candeeiros públicos das ruas dos bairros.

Portanto, camaradas responsáveis, providenciem neste sentido, para que antes das quadras do Natal e Ano Novo, possamos ter um Bissau todo iluminado, proporcionando um passeio agradável a todos aqueles que, depois de um dia de trabalho, desejem sair por aí passeando, para um merecido repouso.

KUMPÔ GOMES

Exposição comemorativa do XX aniversário da Revolução Cubana

Inaugurou-se ontem na Casa da Cultura, uma exposição realizada pela Embaixada de Cuba, em colaboração com o Departamento da Edição-Difusão do Livro e Disco, em comemoração do XX.º aniversário da Revolução Cubana.

A referida exposição consta de 150 títulos sobre diversos temas no-

meadamente Política, História, Novela, Biografias, Ensaios, além de cartazes, fotografias e discos.

«Esta exposição enquadra-se numa série de realizações que pensamos levar a cabo com a ajuda do Commissariado da Informação e Cultura, a fim de tornarmos bem

(Continua na pág. 8)

Cooperação Guiné-Bissau-Suécia

Elaborado o programa de assistência para o próximo ano

Teve lugar no fim da semana passada, nas dependências do Commissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano a assinatura do processo verbal das conversações havidas entre este Commissariado de Estado e a Embaixada da Suécia na Guiné-Bissau.

Tomaram parte nas conversações, que tinham como objectivo proceder-se a um balanço das previsões contidas no Acordo Bial de cooperação entre os dois países, representantes da Sida e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Estocolmo, dirigida por Bo Gerabsson.

Durante as conversações foi aprovado o programa de cooperação com a Sida para o próximo ano, que monta a uma soma de cerca de 68 milhões de coroas suecas, aproximadamente 500 mil contos. Segundo este programa, grande parte da assistência sueca será utilizada no financiamento dos projectos de infraestruturas, nomeadamente nos sectores de telecomunicações e energia.

Também será mantido o financiamento da Sida para projectos tais como laboratórios de saúde e pequenas e médias indústrias. Entretanto, no futuro será dada prioridade ao apoio às indústrias menores ou à produção artesanal. É importante salientar que no programa de cooperação para o ano de 1979 figure, pela primeira vez no âmbito da cooperação entre a Guiné-Bissau e a Suécia, a rubrica «Projectos de Desenvolvimento Rural».

Está prevista a realização de estudos sectoriais de planificação com o financiamento sueco, o que contribuirá para o levantamento de mais informações sobre o sector do Desenvolvimento Rural, bem como sobre os outros sectores financiados pela Sida.

Ainda durante as conversações ficou assente, que, por decisão governamental, o camarada Vasco Cabral será o Coordenador Nacional da ajuda sueca. Ao Commissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, como organismo governa-

mental de coordenação, compete as decisões relativas a projectos e a aplicação da ajuda externa e o seu controle. Isto implica que todos os projectos novos e os pedidos de transferência dos diferentes Commissariados sob a assistência sueca devem passar através do CECEP.

Acordou-se também que as discussões futuras sobre o programa de cooperação sueca entre o Commissariado e a Embaixada da Suécia devem ser efectuadas de seis em seis meses e que os Commissariados responsáveis devem apresentar relatórios semestrais sobre o progresso dos projectos financiados por este organismo.

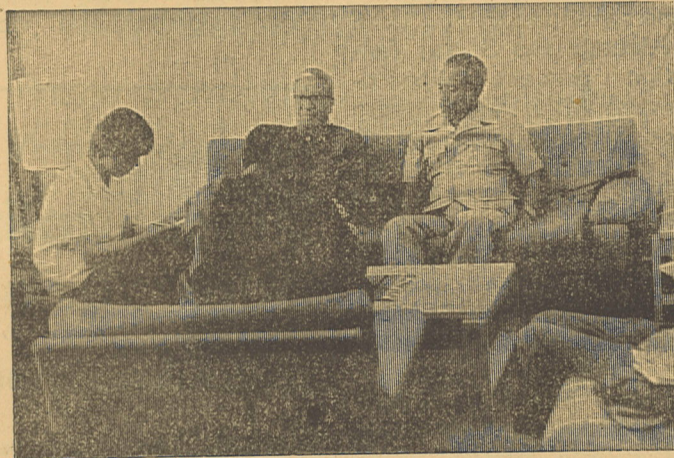
Os encontros decorreram num clima de amizade, tendo sido salientados os estreitos laços de cooperação existentes entre o nosso país e a Suécia e a importância da ajuda sueca para a realização dos objectivos ligados ao desenvolvimento económico da República da Guiné-Bissau.

Nova tabela de preços a partir de Janeiro

Entrarão em vigor, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, novos preços para a comercialização do óleo de amendoim e de compra e venda dos produtos agrícolas.

Considerando que se torna cada vez mais necessário rever os preços dos produtos agrícolas, tendo em vista o fomento da produção e o aumento do poder de compra dos nossos camponeses, atendendo a que os preços actualmente praticados estão há muito tempo ultrapassados e que a prática corrente de subvencionar os produtos tem como consequência o bloqueamento e a estagnação da nossa economia, de acordo com a decisão do Conselho de Comissários de Estado, o Comissário de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato, reviu os preços de compra e venda dos seguintes produtos: cereais, arroz em casca, arroz de produção local descascado manualmente, milho, oleaginosas, fibras de origem vegetal, legumes, vagens e produtos do reino animal.

Delegação chinesa partiu para Cabo Verde



A delegação da Associação da Amizade do Povo Chinês com o Estrangeiro, que se encontrava de visita ao nosso país há cerca de uma semana, a convite do nosso Governo, deixou esta manhã a nossa capital com destino à República irmã de Cabo Verde.

Esta comitiva chefiada pelo seu Vice-Presidente, Shih-Kao, foi recebida

em audiência na quarta-feira passada em Bubaque, pelo Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral. Anteriormente, a referida delegação foi recebida pelo Comissário Principal, João Bernardo Vieira (Nino) e ontem pelo camarada José Araújo, Secretário Executivo do CEL.

Responde o povo

Que importância teve para si a 1.ª Conferência da UNTG?

Reuniu em Bissau, a primeira Conferência Nacional da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, sob o lema de «Unir e Organizar os trabalhadores para a Independência Económica». Todos nós sabemos qual o papel que cabe à nossa Central no que diz respeito ao desenvolvimento do movimento Sindical na nossa terra. A Conferência, para além de ter eleito o Conselho Nacional Provisório, também discutiu e aprovou o Relatório do Secretário-Geral da UNTG.

No nosso «Responde o Povo de hoje perguntamos»: Que importância teve para si a 1.ª Conferência da UNTG? Alguns leitores do nosso jornal deram a sua opinião.

João Vaz — 22 anos, Funcionário Público — Do meu ponto de vista, acho que a 1.ª Conferência teve muita importância na medida em que é a primeira desde a criação da UNTG.

Por outro lado, penso que as decisões aí tomadas, serão como que um impulso para os nossos trabalhadores aumen-

tarem a produtividade em todos os sectores de produção.

Esta primeira Conferência foi também um balanço de toda a actividade desenvolvida pela nossa Central Sindical na qual foram distinguidos trabalhadores exemplares dos três centros de produção do plano piloto da Emulação Patriótica. Foi também nesta conferên-

cia que foi eleito o Secretariado Nacional provisório que deverá ser confirmado pelo 1.º Congresso da UNTG a ter lugar no próximo ano, ano do XX.º aniversário do massacre de Pindjiguitj.

ORIENTAR A NOSSA VIDA SINDICAL

Félix Gama, 23 anos, Funcionário Sindical — Antes de tudo, gostaria de dizer que este acontecimento é um facto de transcendente importância para a vida sindical no nosso País. E ainda quero dizer que foi um alicerce para o desenvolvimento do movimento sindical digno de merecer a confiança dos trabalhadores e do nosso Povo.

Como é do nosso conhecimento, foi nesta conferência que foram tomadas as primeiras grandes decisões, que foram aprovados todos os documentos que, embora com carácter provisório irão orientar a nossa vida sindical até ao nosso 1.º Congresso que é o órgão máximo da nossa organização e que tornarão definitivas as resoluções finais desta Conferência. Ainda tenho a dizer que, a importância desta Conferência pode ser vista na maneira como contribuirá decisivamente no processo de transformação da UNTG numa verdadeira Central Sindical, discutindo e aprovando todas as estruturas que lhe irão legalizar como coordenador de toda a actividade dos

trabalhadores na nossa terra. Além de todos os documentos, é conveniente realçar a saída do relatório do camarada Secretário-geral da nossa organização, que é um autêntico programa de acção. A importância da reunião desse órgão, culminou com a abertura de grandes perspectivas para a emulação patriótica aquando da transmissão de experiências de plano piloto e de estimular trabalhadores e centros destacados nessa fase experimental do referido método.

Para finalizar, quero enaltecer a activa participação dos delegados e a estimulante e encorajante presença de convidados e em particular da direcção superior do Partido e do Estado.

Maria Smedo, 25 anos, doméstica — Quanto a mim, esta conferência tem uma grande importância, porque apesar de não saber ler, ouvi falar na rádio todos os dias sobre a UNTG, que é a organização de todos os trabalhadores da nossa terra. Também ouvi na rádio que entregaram bandeiras a alguns trabalhadores, pelo bom trabalho que fizeram.

Acho que foi interessante quando entregaram a um pescador da «Estrela do Mar» duas bandeiras pelo seu trabalho e dos seus companheiros. Penso que é de homens como esse, que o nosso país precisa para melhorar a nossa terra.

Conferência de delegados recomenda eleição de Conselhos Municipais na Praia e Mindelo

A 3.ª Conferência dos Delegados do Governo reuniu na cidade do Mindelo (S. Vicente) de 3 a 9 do corrente mês. No termo dos trabalhos, a Conferência adoptou importantes resoluções que serão apresentadas futuramente ao Governo para aprovação. Apresentamos neste número, extractos do referido documento.

A 3.ª Conferência dos Delegados do Governo constatando o apoio que a Administração Municipal desde sempre vem recebendo do camarada Primeiro Ministro, manifestou o seu reconhecimento pelo apoio firme que a Administração Municipal e os delegados do Governo em especial, têm recebido do camarada Pedro Pires, cuja orientação clarividentes, realistas e oportunas, vem servindo de precioso guia na resolução dos difíceis e complexos problemas dos concelhos e cujo exemplo de combatente, de militante engajado à causa do Povo, de grande homem de Estado e de camarada é um estímulo para todos os que se dedicam ao serviço público.

Por outro lado, os participantes tendo escutado o discurso de abertura do camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho e o relatório de actividades da Direcção-Geral da Administração Interna, decidiram exprimir a sua satisfação e o seu reconhecimento pela presença do camarada José Luís Fernandes, de regresso de uma longa ausência no exterior, e pela possibilidade que assim deu à Conferência de beneficiar da sua activa, esclarecida e competente participação que constitui factor decisivo nos resultados obtidos.

Tendo discutido, em comissões e em plenário, os documentos relativos aos temas da ordem de trabalhos, os participantes decidiram sobre os «Assuntos Jurídico-Administrativos», com base na análise do Programa Maior do Partido, do relatório do CSL ao III Congresso, na Resolução Geral do mesmo e no programa do Governo, recomendar que seja aprovado pelo Governo o ante-projecto da «Lei das atribuições do Concelho e competência dos respectivos órgãos» que passa a denominar-se «Lei da Administração Municipal».

Esta lei consagra nomeadamente, uma nova divisão administrativa do País, compreendendo concelhos que podem subdividir-se em Zonas e/ou Povoados ou Bairros e agrupar-se em regiões ad-

ministrativas. O Concelho, como autarquia local disporá de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e órgãos próprios. Recomenda a participação das organizações sociais e de massas, bem como a auscultação das populações no processo de escolha dos membros dos Conselhos Municipais, a eleição dos membros da Assembleia Municipal da Praia e de S. Vicente.

A Conferência recomenda igualmente ao Governo a aprovação do ante-projecto de diploma sobre a «Intervenção do Estado no Concelho» que consagra nomeadamente a não intervenção do Estado na autonomia municipal fora dos casos expressamente permitidos pela lei, a submissão dos Concelhos ao interesse nacional, o princípio do controlo da legalidade dos actos dos Concelhos, a possibilidade de dissolução dos órgãos eleitos nos

casos expressamente indicados na lei e subseqüente nomeação de uma Comissão Administrativa, que funcionará até à instalação dos novos órgãos, eleitos dentro do prazo legal, etc.

No que diz respeito aos «Assuntos Económico-Financeiro» a Conferência, considerando, entre outros pontos, que a real autonomia administrativa e financeira que se pretende conferir ao Poder Local na aplicação dos princípios da Democracia Nacional Revolucionária, não se compadece com actuais bases financeiras municipais, demasiado frágeis para permitir a realização dos fins da autarquia, recomenda que sejam encetados pela Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho e a Secretaria de Estado das Finanças estudos tendentes à reformulação do actual regime das finanças locais.

Por fim, os participantes; ao analisarem o problema da «Gestão e Formação de Pessoal», consideram que a participação popular na Administração pública não impede, antes impõe, como

seu suporte, a existência de quadros administrativos profissionalizados, a necessidade de se criar um novo trabalhador da Função Pública, a necessidade de dotar as estruturas ligadas à Administração Interna de um quadro estável de pessoal competente e eficiente, entre outros pontos, recomendam ao Governo o seguinte:

Que seja criado um quadro único de pessoal da Administração Interna, englobando os actuais quadros da Direcção-Geral da Administração Interna, da Delegação Regional do Governo, da Inspeção Administrativa e do Comité Coordenador de Santo Antão. Recomenda ainda a distribuição do pessoal da Administração Interna pelos seguintes grupos: pessoal da Direcção, pessoal Político-Administrativo, pessoal Técnico-Administrativo, pessoal Administrativo e pessoal auxiliar.

Entre outras medidas sobre a «Gestão e Formação do Pessoal» a 3.ª Conferência dos Delegados do Governo recomendou a institucionalização do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo. — (CENFA).

Embaixador da Gâmbia entrega credenciais

No acto de entrega das suas cartas credenciais que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Gâmbia na República irmã de Cabo Verde, ao camarada Presidente Aristides Pereira, o sr. Omani Ansouman Diarra sublinhou no seu discurso, o facto de os dois países estarem ligados «por afinidades históricas, geográficas e, ultimamente pelos caprichos da

natureza» que os enquadram no seio do CILSS (Comité Inter Estados de luta contra a Seca no Sahel). Esta cerimónia teve lugar no passado dia 9 do corrente mês.

O Embaixador da Gâmbia frisou o apreço que o seu país tem pelo esforço do povo caboverdiano perante as adversidades, primeiro, contra o repressivo sistema colonial,

e agora contra a persistência da seca.

Transmitindo as mais cordiais saudações em nome do povo da Gâmbia e do seu Presidente, Dawda Kairaba Jawara, ao povo, Partido Governo e Presidente caboverdianos, Ansouman Diarra prontificou-se a servir a causa das relações de amizade que ligam Cabo Verde à Gâmbia.

Cuba fornecerá assistência técnica

A assistência técnica e formação de pessoal no domínio da marinha e transportes marítimos, estão previstas numa acta de conversações assinada entre Cuba e Cabo Verde no fim de uma visita a Havana, efectuada pelo camarada Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Comunicações.

Vieira afirmou que a visita situava-se no âmbito das boas relações entre os Partidos e Governos de Cuba e Cabo Verde e salientou o interesse e a abertura do país latino-americano para cooperar com o nosso.

Seminário de magistrados

O seminário de magistrados sub-regionais de Sotavento, que decorreu na cidade da Praia, numa das salas do Ministério da Justiça, terminou no dia 12. Os trabalhos foram presididos pelos doutores João Henrique de Oliveira Barros e Óscar Gomes respectivamente Juiz de Direito e Procurador da República. Encontro idêntico foi também promovido pelo Ministério da Justiça, na cidade de Mindelo em S. Vicente, estando a presidência dos trabalhos a cargo dos doutores Belmiro Gil e Germano Almeida, respectivamente

Juiz e Procurador da região de Barlavento.

Segundo fontes do Ministério da Justiça, esses encontros destinam-se a enquadrar os magistrados das sub-regiões nas novas competências profissionais que lhes vão ser atribuídas a partir de Janeiro do próximo ano.

A atribuição de novas competências aos magistrados das sub-regiões só terá lugar a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 103/78, aprovado em reunião do Conselho de Ministros em 11 de Novembro último, que prevê uma nova organização judiciária.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

VIII. O OITAVO ANO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (*)

INTRODUÇÃO

É por isso que a continuidade do nosso combate e o reforço constante da nossa acção são já uma vitória importante do nosso Partido e do nosso povo perante os colonialistas portugueses que, apesar da ajuda cada dia maior dos seus aliados em todos os domínios e do facto de poderem dispor livremente dos recursos de um Estado, são forçados a reconhecer que só «um milagre» poderá mudar completamente a situação que enfrentam na nossa terra (1).

No plano externo, o ano que passou ficará na história da nossa luta como um período de reforço da solidariedade internacionais em relação ao nosso povo e aos dos outros países africanos ainda ocupados por Portugal. Mas o facto mais importante neste plano continua a ser a derrota vergonhosa infligida aos colonialistas portugueses pelo povo irmão da República da Guiné, na altura da odiosa agressão imperialo-portuguesa contra Conakry e na região de Kundara.

O sinistro general Spínola (2), que substituiu o General Arnaldo Schultz (3) transferido após quatro anos de vãs tentativas criminosas para parar a marcha da nossa luta, chegara à nossa terra com a pretensão de pôr fim à nossa luta durante o ano de 1969. Ora, o nosso combate não fez mais que desenvolver-se e intensificar-se em todas as frentes, dado que a experiência cada dia maior dos nossos combatentes e a melhoria de certos meios materiais nos permitiram dar golpes mais duros ainda ao inimigo e causar-lhes perdas mais pesadas em 1970.

Tendo sido forçado a constatar o tremendo fracasso dos seus planos de guerra a todo o custo e seguindo possivelmente directrizes do novo chefe do Governo Português, Marcello Caetano, o novo governador militar inaugurou a política do sorriso e do sangue, de concessões e crimes abomináveis, de manobras de toda a espécie visando alimentar a guerra pela guerra e a desmobilizar a população e os combatentes, para destruir as bases principais do nosso movimento.

(*) Relatório sobre a situação da luta, Janeiro de 1971.

(1) Discurso do chefe do Governo Português, durante a visita-relâmpago ao nosso país em Abril de 1969.

(2) Antigo comandante da Guarda Nacional Republicana, o principal instrumento da repressão colonial fascista em Portugal; antigo comandante de cavalaria motorizada em Angola.

(3) Antigo ministro do Interior do Governo de Salazar.



O camarada Comissário Principal (ao centro e sentado) é ladeado pelos membros do Secretariado do Conselho Nacional e por representantes do Partido. No segundo plano notam-se alguns dos delegados que formam o CNP.

«A UNTG que, como lembrou no seu discurso de abertura o camarada João Bernardo Vieira, nasceu no fragor do combate libertador conduzido vitoriosamente pelo nosso grande Partido, a UNTG — dizíamos — deu já provas bastantes de ser digna de confiança. E não temos dúvidas de que o trabalho sério de preparação que tornou possível o êxito desta Conferência, a maneira elevada como decorreram os seus trabalhos, o conteúdo importante das suas decisões, vieram reforçar em cada um de nós a certeza da existência, hoje, na nossa terra, de uma Central Sindical à altura das nossas opções e das exigências que decorrem da missão que nós traçamos no quadro da Reconstrução Nacional».

«Em nome do Conselho Nacional Provisório, eleito nesta Conferência, quero agradecer a confiança que depositaram em nós, para dirigirmos o movimento sindical do nosso país. É uma grande responsabilidade que recai sobre os nossos ombros, mas quero afirmar perante esta Conferência que não pouparemos esforços e sacrifícios para cumprir com êxito as responsabilidades que hoje nos foram atribuídas, e afirmar também que podemos estar certos que não desmereceremos a confiança que depositaram em nós».

Estes extractos dos discursos pronunciados pelos camaradas José Araújo, Secretário Executivo do CEL e José Pereira, Secretário-Geral da UNTG, na sessão de encerramento da 1.ª Conferência Nacional, traduzem o alto significado que os nossos dirigentes máximos atribuem ao acontecimento que, segundo foi salientado na altura, constitui um marco importante na história da nossa Organização. Com efeito, diria ainda aquele dirigente sindical, tal acontecimento demonstra não só a maturidade política e organizativa alcançada por aquela Central Sindical no decorrer dos seus dezasseis anos de experiência, mas também a sua firme decisão em aplicar, consequentemente, na prática, as Resoluções do III Congresso do nosso glorioso Partido.

Reunido sob o lema — UNIR E ORGANIZAR OS TRABALHADORES PARA A INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA — a Conferência discutiu e aprovou documentos importantes como o são os projectos de estatutos, de modelo de organização dos comités sindicais e de plano de emulação patriótica. Outras medidas não menos importantes foram a criação do Conselho Nacional Provisório e seu Secretariado e ainda da Comissão Nacional Provisória do Controlo e a discussão e aprovação, por unanimidade, do Relatório Geral apresentado pelo Secretário-Geral da UNTG, camarada José Pereira, do projecto da resolução final e da moção ao Partido.

«O relatório geral e a resolução final aqui apresentados e aprovados, diria o camarada José Pereira, constituem no seu conjunto, um programa de acção, porque neles estão bem definidas as linhas de acção pelas quais os vários departamentos especializados e organismos da UNTG devem orientar-se até ao próximo

ano». O dirigente sindical chamaria ainda a atenção para a necessidade de estudo e divulgação dos referidos documentos pelas bases e por todas as instâncias da nossa organização sindical, com vista à sua aplicação na prática, de forma segura e com o objectivo de consolidar e desenvolver o movimento sindical no nosso país.

Os mesmos objectivos seriam ainda apontados pelo camarada Comissário Principal, João Bernardo Vieira (Nino) no seu discurso pronunciado na sessão de abertura. Com efeito, o Chefe do nosso Governo, a dado passo da sua intervenção e após se referir à missão confiada à UNTG no quadro da nossa luta pela independência e, particularmente na preparação de quadros e na mobilização da solidariedade internacional dos trabalhadores pela nossa causa, afirmaria:

«A vossa 1.ª Conferência Nacional reúne sob o lema «UNIR E ORGANIZAR OS TRABALHADORES PARA A INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA». Ela deve, portanto, adoptar resoluções que conduzam a uma maior mobilização das massas trabalhadoras e a uma perfeita organização do seu esforço em torno do objectivo superior da construção do progresso integral da nossa terra e da afirmação da verdadeira independência nacional, a qual pressupõe a capacidade de nos bastarmos a nós próprios e de assegurar por nós mesmos a vida e o desenvolvimento do nosso país. Tendo afirmado no III Congresso o nosso objectivo na presente etapa, pela construção de uma democracia nacional revolucionária, o PAIGC visou justamente a mobilização dos recursos de todas as camadas sociais para a obra de construção da independência económica do país, salvaguardando a opção fundamental da liquidação da exploração do homem pelo homem».

Reiterando as saudações da Direcção do Partido e do Governo, o camarada Comissário Principal reafirmou à UNTG a determinação de apoiar na medida do possível os esforços no cumprimento da sua missão.

O QUE FOI A 1.ª CONFERÊNCIA DA UNTG

«Temos a convicção de que a 1.ª Conferência Nacional da UNTG, abre uma nova etapa, dinâmica e vitoriosa do nosso movimento sindical. Marcada por uma acção permanente e vigorosa no seio das massas trabalhadoras, a nova etapa vai ser certamente assinalada pela defesa intransigente e o enriquecimento do património nacional, por uma maior participação e responsabilização dos trabalhadores na gestão das empresas e serviços, por uma estreita colaboração dos trabalhadores com o Governo na elaboração e na execução de diplomas legislativos que visem a melhoria das condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras, por uma maior camaradagem entre os trabalhadores, unidos na emulação patriótica por elevado espírito de competição fraternal, ao serviço da construção da Pátria próspera e forte que queremos para o nosso povo».

Assim definiu o camarada José Araújo o maior acontecimento sindical do ano. O executivo do CEL iniciou o seu discurso transmitindo aos conferencistas as saudações militantes e calorosas dos camaradas Aristides Pereira e Luiz Cabral «cuja atenção e solicitude se voltam neste momento para o grande acontecimento» da nossa Central Sindical, de que o Presidente Luiz Cabral foi o primeiro Secretário-Geral.

O camarada José Araújo apontaria ainda aos camaradas eleitos para o Conselho Nacional e para o seu Secretariado, o trabalho duro, mas exaltante a levar a cabo para o cumprimento das importantes tarefas

que lhe cabem no quadro da Reconstrução Nacional. «Tendo, porém, à frente o camarada José Pereira, disse o camarada José Araújo, que tantas provas deu já como militante cumpridor do nosso Partido e dedicado dirigente da UNTG, fica-nos a certeza de que os camaradas aqui eleitos vão cumprir integralmente a sua missão e que, no próximo ano, no I Congresso da UNTG, vão apresentar-nos um balanço al-

O PARTIDO E O GOVERNO

tamente positivo da sua acção ao serviço da UNTG e do Partido, no interesse das massas trabalhadoras e da Reconstrução Nacional».

Com efeito, a última sessão da Conferência foi inaugurada com a apresentação e eleição dos candidatos ao Conselho Nacional Provisório, composto de 39 membros e tendo como presidente o camarada José Pereira. O Conselho Nacional

Provisório elegeu o seu Secretariado, composto de oito membros. Foi igualmente criada a Comissão Nacional Provisória de Controlo composta de quatro elementos, tendo à frente o camarada César Barbosa, do Comité de Trabalhadores do Comissariado de Nações. A composição e atribuições destes organismos sindicais bem como as conclusões finais são publicadas noutra local deste jornal.

Conselho Nacional Provisório

★ Composição e atribuições

Conforme oportunamente anunciamos e hoje fazemos eco, a 1.ª Conferência Nacional da UNTG no termo dos seus trabalhos elegeu (por unanimidade) a lista dos candidatos ao Conselho Nacional Provisório e da Comissão Nacional Provisória de Controlo. Por seu lado, o Conselho Nacional elegeu no seu seio o Secretariado. A fim de melhor ilustrar os nossos leitores, transcrevemos, do Projecto de Estatutos, algumas passagens referentes a estes organismos, sua composição e atribuições.

O CONSELHO NACIONAL DA UNTG

O Conselho Nacional da UNTG é composto pelos membros do Secretariado Nacional, os secretários-gerais dos sindicatos nacionais, os secretários dos Conselhos Regionais da UNTG e ainda outros membros da organização, dos diferentes níveis, que se considerem necessários para o melhor andamento dos seus trabalhos, não podendo estes últimos exceder o número de.....

O Conselho Nacional da UNTG aprova e modifica o Projecto da Ordem de Trabalho proposto pelo Secretariado para as suas reuniões; analisa e determina as tarefas pertinentes, actua como órgão de direcção do qual o Secretariado Nacional faz parte e responsabiliza-se pela aplicação das suas decisões.

O Conselho Nacional reúne-se ordinariamente de três em três meses e, extraordinariamente, sempre que o Secretariado Nacional o considere necessário.

O Conselho Nacional tem a faculdade de convocar a reunião da Conferência Nacional da UNTG, à qual apresentará com antecedência à dita reunião e como projectos, a ordem de trabalhos, relatórios e resoluções.

O Conselho Nacional pode convidar a participar nas reuniões de Conferência Nacional os responsáveis de departamentos especializados e funções.

É a seguinte a lista dos membros do CNP. José Pereira (Presidente), Leonel Vieira, Antónia Teixeira, João Dias Vaz, Adeline Mano Queta, António Cabral, Eufrágio dos Santos, Salvador Luís Fernandes, Fernando Pinto Pereira, Felix Borges, César da Costa, Carlos Alberto Pires, Nicolau Cabral de Brito, Fernando Jorge Andrade, Felix Gama, José Saraiva, João Martins, Fernando Mancabú, Pedro Monteiro Júnior, Abubacar Djaló, Filipe Neto, Quebá Sani, Domingos Cardoso, Lourenço Pereira, João Delgado, Helena Gomes, Angelo Correia, Augusto da Silva, António Valdez, Lucinda Saad, Buli Baldé, Marcelina Gomes Cuíno, Manuel Quadé, Ilídio Carlos Almeida, Carlos Sanca, Alberto Fonseca, Custódia Monteiro, Rui Magalhães e César Barbosa.

O SECRETARIADO NACIONAL DA UNTG

O Secretariado Nacional da UNTG será eleito, por ocasião do Congresso, pelo Conselho Nacional, por um período de quatro anos e será composto por um Secretário-Geral, um Secretário-Geral Adjunto e Secretários.

O Secretariado Nacional contará, para o desenvolvimento das suas funções, com departamentos especializados de carácter técnico-acessor, auxiliando tanto a UNTG como os sindicatos, e mantendo funções de direcção sobre estes.

As funções e responsabilidades de cada secretário serão determinadas por um regulamento interno elaborado pelo Secretariado e aprovado pelo Conselho Nacional.

A função do Secretariado Nacional é de cumprir e fazer cumprir as orientações, decisões e resoluções adoptadas pelo Congresso, pela conferência, ou pelo Conselho Nacional, entre as reuniões desse organismo.

O Secretariado Nacional deve esforçar-se para que, em todos os níveis, os demais organismos sindicais se relacionem entre si e com todos os organis-

mos do Estado, com o fim de expressar as opiniões dos trabalhadores e transmitir a estes as informações que contribuem para o cumprimento das tarefas da respectiva organização sindical.

O Secretariado Nacional representa todos os sindicatos perante o Governo e as entidades privadas, e reunir-se-á ordinariamente de quinze em quinze dias e, extraordinariamente quantas vezes o determinar o Secretário-Geral, ou quando o solicitar metade e mais um dos seus membros. Fazem parte do Secretariado Nacional Provisório os seguintes camaradas: José Pereira, Secretário-Geral; Leonel Vieira, Secretário de Relações Exteriores; Antónia Teixeira, Secretário de Organização do Trabalho e Salários; Adeline Mano Queta, Secretário dos Assuntos Laborais e Sociais; Eufrágio dos Santos, Secretário da Emulação Patriótica; António Cabral, Secretário da Educação e Capacitação; João Dias Vaz, Secretário da Informação, Agitação e Propaganda e Salvador Luís Fernandes, Secretário da Relação de Bissau.

A COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DE CONTROLO

A Comissão Nacional Provisória de Controlo como órgão de fiscalização e controlo da UNTG, terá entre outras as seguintes funções: Fiscalizar as actividades financeiras e administrativas da UNTG, dos seus serviços e instituições dependentes; examinar trimestralmente a contabilidade da UNTG, dos seus serviços e instituições apresentadas pelo Secretariado bem como sobre as suas recomendações; apresentar ao Conselho Nacional as sugestões que correspondam aos interesses da UNTG; examinar as reclamações e as exposições dos membros da UNTG dos trabalhos em geral relativas à acção do Conselho Nacional e assistir às reuniões do Conselho Nacional sempre que considere necessário, se direito a voto.

GOVERNO REAFIRMARAM A CAPACIDADE ORGANIZATIVA MOBILIZADORA DA CENTRAL SINDICAL

OS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA

Durante dois dias, os 132 delegados reunidos no salão do III Congresso, discutiram, no maior espírito de disciplina e organização que marcaram os trabalhos desta Conferência os diversos aspectos ligados à vida da sua central sindical. Os importantes documentos dela saídos, embora revestindo-se de um carácter provisório (pois serão ratificados ou aprovados definitivamente no I Congresso, em Dezembro de 79) reflectem de uma forma notória os princípios do centralismo democrático que orientaram a tomada de decisões.

Os trabalhos iniciaram-se na manhã de terça-feira, com uma sessão cultural preenchida com a actuação do conjunto musical «N'Kassa Cobra» e por uma peça teatral apresentada por um grupo de jovens. Tal actuação constitui uma referência à actuação de certos directores de departamentos em relação às actividades do comité sindical local, atitude essa, de resto, referida por alguns delegados nas suas exposições e largamente criticada pela assembleia que recomendou, tal como foi demonstrado na peça, a necessidade de se recorrer a Central Sindical sempre que se verifiquem semelhantes casos.

A entrada no salão, do Chefe do Governo, acompanhado dos principais dirigentes do Partido e do Governo, foi assinalada com o toque dos hinos nacional e da UNTG. Cantando a luta heróica do nosso povo, de Cassacá a Madina de Boé — Boé de Cabral — até agora «*adjunto cu povo pa reconstrução nacional*», N'Kassa Cobra» lembrou que agora «*anós qui na luta, anós que na tarbadja pá nò cumpo nò terra*» e «*para criar uma guerrilha nova, um pioneiro novo para um mundo novo*».

Em seguida, o camarada Fidélis Cabral de Almada, Comissário de Justiça e responsável pelo Departamento de Organização de Massas do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC e presidente da sessão, após convidar os dirigentes a tomarem um lugar na mesa da presidência, anunciou a primeira orador do dia, o camarada Secretário-Geral da U.N.T.G., José Pereira, para apresentar o seu relatório. Este, destacaria as deficiências que se enfrentam e apontaria as tarefas prioritárias a enfrentar nesta primeira etapa de trabalho, com vista à sua análise, «*com espírito crítico e auto-*

-crítico, como corresponde ao movimento sindical revolucionário» e aos seus organismos a qualquer nível, para tratar de superar cada dia mais o trabalho e estar em condições de servir os nossos trabalhadores e a nossa revolução, desempenhando o papel de representante dos legítimos direitos dos trabalhadores e da economia.

A sessão seria depois encerrada com a apresentação das mensagens das organizações de massas, nomeadamente da JAAC e da Comissão Feminina e ainda da Central Sindical caboverdeana (U.N.T.C.-CS), na pessoa do seu representante, camarada Pedro Rodrigues que chefiava a delegação do país irmão. O camarada Comissário Principal fecharia o ciclo da intervenção com a leitura da mensagem da Direcção do Partido à qual fizemos já referência no último número do nosso jornal.

A tarde, os trabalhos prosseguiram com a eleição da Presidência da Conferência, encabeçada pelo camarada José Pereira e da qual fazem ainda parte os seguintes camaradas: *Leonel Vieira, Adelino Mano Queta, Antónia Teixeira, António Cabral, João Dias Vaz, Eufrágio dos Santos e Salvador Luís Fernandes*. O camarada Leonel Vieira, dirigiu a sessão que aprovou a ordem de trabalhos e o regulamento da Conferência, elegeu as comissões de credenciais e de documentação dirigidas respectivamente, pelos camaradas *Aoubry Dantas Vilela e Fernando Jorge Andrade*, ambos daquela Central Sindical. Os trabalhos prosseguiram com o debate geral sobre o relatório que seria aprovado na sessão dirigida por *Salvador Fernandes* na manhã do dia seguinte. Juntos foram igualmente aprovados os projectos de Estatutos provisórios, de modelo de organização dos comités sindicais e do plano de emulação patriótica.

Os trabalhos da Conferência foram concluídos no período da tarde com a apresentação e eleição dos candidatos ao Conselho Nacional Provisório, da Comissão Nacional de Controlo, discussão e aprovação do projecto de Resolução Final e pelos discursos dos camaradas José Araújo e José Pereira. Presidindo, os trabalhos João Vaz. Entretanto, o momento mais alto da sessão seria a entrega, pelo camarada Comissário Principal, das bandeiras aos melhores trabalhadores destacados dos centros pilotos de emulação patriótica.



Resolução final

A primeira Conferência Nacional da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, marca um ponto importante no esforço pelo fortalecimento do Movimento Sindical Guineense para o qual nos chamou o nosso Partido.

A primeira Conferência Nacional da UNTG deve, pois, afirmar-se como um acontecimento que motiva cada Comité Sindical, cada trabalhador para que tome parte na execução das decisões que dela foram emanadas, para a consolidação e desenvolvimento do Movimento Sindical em todos os seus aspectos, para fazer de cada Comité Sindical e de cada organismo da UNTG, representante fiéis e dirigentes do conjunto dos trabalhadores e de cada um, com sentido colectivo, justo, revolucionário e patriótico.

A 1ª Conferência Nacional não só serviu para a adopção de decisões correctas e preciosas sobre todas as questões submetidas à sua consideração, mas também para que cada trabalhador se sinta mais intimamente ligado ao seu Comité Sindical e à UNTG.

Ela serviu igualmente para fortalecer a autoridade e a influência da UNTG nas suas relações com os órgãos estatais e como interlocutor válido da Administração na actividade económica, produtiva e de serviço. Serviu ainda para fortalecer o papel dos Comités Sindicais e da UNTG na luta pela disciplina no trabalho, pela assiduidade pontual e diária ao trabalho, pelo máximo aproveitamento da jornada de trabalho, pela qualidade e eficácia do que se faz; deveres estes que cada trabalhador deve cumprir para ter direito a receber os benefícios do trabalho dos demais e para que se fortaleça o papel da UNTG como promotor vigilante do cumprimento dos direitos dos trabalhadores e como representante e organizador dos mesmos na luta pela Reconstrução Nacional.

Por tudo o que foi dito e para garantir continuidade à acção desenvolvida neste grande acontecimento, os delegados à 1ª Conferência Nacional da UNTG, reunida em Bissau a 19 e 20 de Dezembro de 1978 decidem:

SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 1 — Que a UNTG complete a organização das bases sindicais a todos os níveis assim como a instalação dos seus próprios organismos.
- 2 — Que a UNTG analise as possibilidades reais de criar Sindicatos de ramos a todos os níveis no ano de 1979.
- 3 — Desenvolver uma grande campanha de discussão política em todos os Comités Sindicais para se obter a filiação voluntária de todos os trabalhadores aos respectivos Sindicatos.
- 4 — Preparar as condições organizativas para efectuar o 1º Congresso Nacional da UNTG no fim do ano de 1979.
- 5 — Dar uma atenção especial aos Comités Sindicais, na sua orientação e controle por parte da UNTG, para garantir o seu funcionamento.

SOBRE A EDUCAÇÃO

- 1 — Que a UNTG e os Comités Sindicais dêem possibilidades a todo o trabalhador, sem distinção de idade, sexo, religião ou ideologia, desde que tenha disposição e condições, para estudar ou ensinar e prestar toda a atenção necessária a isso.
- 2 — Que a UNTG tenha uma participação responsável no desenvolvimento e apreciação das iniciativas tendentes a mobilizar os trabalhadores para os distintos estudos.
- 3 — Que nos contratos colectivos de trabalho se declare juntamente com os deveres e direitos referentes ao cumprimento do trabalho, os deveres e direitos tanto dos trabalhadores como das administrações em relação à superação cultural e técnica, e também à base material de estudo.
- 4 — Organizar pela UNTG e Comités Sindicais a selecção de professores e instrutores de oficina e entre aqueles que possuem um maior nível de conhecimento e uma atitude consequente na vida diária e que queiram ensinar aos que sabem menos.
- 5 — O lema «A Classe Trabalhadora formará os seus Professores» deverá presidir esta importante actividade. Devem ainda ser abertos círculos de estudo em todos os pontos de trabalho que tenham condições para isso.
- 6 — A cooperação operária expressa-se mediante a ajuda prestada pelos Comités Sindicais com maiores possibilidades aos outros que não possuem candidatos a professores nos condições suficientes para o funcionamento das aulas.
- 7 — A Conferência Nacional recomenda ao Comissário de Estado da Educação Nacional que organize cursos e seminários sistemáticos destinados aos professores trabalhadores com horários que facilitem realmente a sua aprendizagem diáctico-pedagógica.
- 8 — Em relação à tripla função de trabalhar, estudar e ensinar, que realizam os professores trabalhadores, a Conferência Nacional sugere ao Governo a aplicação

de uma legislação de trabalho especial, que possibilite de forma satisfatória o desempenho dessas múltiplas funções, contribuindo assim para uma melhor qualidade do ensino sem prejuízo físico ou económico do trabalhador professor.

SOBRE A JUVENTUDE TRABALHADORA

- 1 — Os jovens desempenham hoje, como em qualquer época, um papel decisivo na luta pelo futuro da Pátria, e são chamados a ser, dentro de poucos anos, a grande reserva estratégica das actuais gerações.
- 2 — Por isso, todos nós temos o dever de educá-los no trabalho, dentro das tradições combativas dos nossos trabalhadores, como dignos e eficientes continuadores das grandes tarefas que pressupõem a edificação da Reconstrução Nacional.
- 3 — Pelas características dos jovens trabalhadores, a UNTG e os seus Comités Sindicais aconselham que sejam fomentadas actividades culturais, desportivas e de formação profissional, introduzindo-se ainda nos contratos colectivos de trabalho, os direitos reconhecidos aos jovens com o fim de os familiarizar e de os educar na sua actividade profissional, desde o momento em que chegam pela primeira vez aos seus locais de trabalho.
- 4 — A Conferência considera importante e necessário que a JAAC impulsione esta tarefa entre os seus militantes nos postos de trabalho e que coopere com as Comissões Juvenis que tenham de criar os Comités Sindicais para o desenvolvimento da mesma tarefa.

SOBRE A PROTECÇÃO E HIGIENE

- 1 — Na nossa sociedade a Protecção e Higiene do trabalho não é um meio mas sim um fim em si mesmo, visando a preservação da saúde e da vida do homem como elemento principal da sociedade, forjador do seu próprio destino e único destinatário da sua própria obra, das suas realizações históricas.
- 2 — A Protecção e Higiene do trabalho é uma responsabilidade estatal que deve ser programada objectivamente de acordo com as realidades do País, estando vinculada ao esforço Nacional pelo aumento da produtividade do trabalho. Nas suas tarefas participam, com diferentes e delimitados direitos e obrigações, os dirigentes administrativos e da UNTG, começando pelos Comités Sindicais que representam os interesses dos trabalhadores.
- 3 — O desenvolvimento do País exige constantemente novos e maiores requisitos da protecção e higiene no trabalho, dirigidos não só a prevenir os acidentes de trabalho, as enfermidades profissionais e os incêndios, mas também a promover e manter o bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, a evitar o dano da saúde como resultado das condições em que desenvolve o seu trabalho. Deve-se, pois, proteger os riscos resultantes dos agentes nocivos no meio do trabalho, dar ao trabalhador condições de trabalho conforme a sua capacidade fisiológica e psicológica.
- 4 — Em suma: adaptar o trabalho ao homem.
- 5 — A 1ª Conferência Nacional consigna-se por que as actividades da UNTG e dos Comités Sindicais no campo da protecção e higiene do trabalho estejam fundamentalmente dirigidas a esse objectivo.
- 6 — Controlar e exigir o cumprimento das medidas de Protecção e Higiene do trabalho, as quais devem ser discutidas em cada ponto, entre o Comité Sindical e a administração e, de acordo com as possibilidades reais, incluídas nos acordos colectivos de trabalho.
- 7 — Exigir da administração do local de trabalho o cumprimento da prática inicial e da requalificação periódica dos trabalhadores, segundo as normas e regulamentos sobre a protecção e higiene do trabalho.
- 8 — Solicitar ao Comissariado de Estado da Saúde e Assuntos Sociais que organize conferências periódicas sobre a prevenção da saúde nos locais de trabalho, coordenando esta actividade com os Comités Sindicais.
- 9 — Elaborar, em conjunto com a UNTG e com a Direcção Geral do Trabalho, normas e medidas tendentes ao melhoramento constante das condições de trabalho.
- 10 — Desenvolver, pelos Comités Sindicais, a auto-disciplina dos trabalhadores e criar neles hábitos de segurança no trabalho, convencendo-os da necessidade de uma disciplina constante para não cometerem actos contrários à segurança que provoquem acidentes. Em caso de existirem equipamentos de protecção física, exigir o seu uso.
- 11 — Manter, nesta matéria uma elevada vigilância sobre o trabalho da mulher e dos jovens, propondo ao Estado a elaboração de regulamentos e normas sobre o mesmo.
- 12 — Organizar cursos de capacitação dos quadros sindicais sobre protecção e higiene e criar comissões

Continua na pág. 8

Resolução final da IV Assembleia da Saúde

Desenvolver a descentralização na integração num plano de acção de dez anos

«O Homem, para ser útil à sociedade em que vive, deve desfrutar de boa saúde física e mental, condição básica para um desenvolvimento harmonioso das capacidades humanas». Esta frase, proferida pelo Comandante João Bernardo Vieira (Nino), Comissário Principal do nosso Governo, na abertura solene da IV Assembleia Nacional da Saúde, resume-nos o papel que este sector tem na vida do nosso povo, secularmente privado das condições sanitárias primárias e, por outro lado, revela-nos a atenção que o nosso Estado dá ao assunto.

A IV Assembleia Nacional da Saúde e Assuntos Sociais (ANSAS), encerrada no domingo passado, não foi mais que uma análise profunda de quatro anos de trabalho árduo de implantação de estruturas básicas e da assistência médica generalizada à população do país, após a libertação total. A partir dessa Assembleia, cabe ao departamento de Saúde reforçar e garantir o funcionamento dos alicerces lançados até agora, dentro do princípio de «descentralização na integração», e com base num plano nacional, que define a orientação da nossa política de saúde nos próximos 10 anos.

A Assembleia, que tinha reunido centenas de delegados da saúde das diferentes regiões do país, funcionários e técnicos do mesmo domínio, convidados de departamentos estatais e delegações de Cabo Verde e Moçambique, terminou os seus trabalhos com a aprovação de um vasto documento final de decisões e propostas das principais linhas de actuação nos próximos anos e sobre o qual voltaremos a referir-nos mais adiante. Decidiu-se a realização das próximas assembleias de dois em dois anos alternadamente com outras de Cabo Verde e foi lida uma moção de louvor à Frelimo, ao Presidente Samora Machel e ao povo moçambicano, pela coragem e apoio dado ao povo do Zimbabwé.

«Os trabalhos da IV Assembleia decorreram da melhor maneira possível, aliás, a organização da assembleia foi a melhor, e isso é positivo, na medida em que mostra que, de ano para ano, nós ganhamos a experiência dos erros das realizações feitas nas reuniões anteriores» — disse o camarada Manuel Boal, secretário-geral do Comissariado da Saúde numa entrevista sobre o balanço do encontro.

Os debates à volta dos relatórios apresentados foram marcados por uma franca abertura nas discussões com críticas e autocriticas, em busca das soluções justas.

«Houve críticas, às quais tivemos que responder, na medida do possível. Em certos pontos explicou o Dr. Boal, — aparentamos ter sido negligentes face a certas solicitações, mas noutras questões, não tivemos responsabilidade absolutamente nenhuma, porque certas deficiências que caracterizam a nossa acção, são devidas às dificuldades enormes que o país atravessa, não só em disponibilidades financeiras, mas também em possibilidades de enquadramento».

«Em relação ao primeiro caso — prosseguiu ele — consideramos não ter havido negligências, porque as solicitações das regiões e de alguns departamentos nacionais são grandes e urgentes, para além dessa urgência, elas são tão numerosas que a falta de quadros não nos permite responder, muitas vezes, com aquela prontidão que os nossos camaradas das regiões esperavam que fôssemos capazes de ter».

«Temos que trabalhar com aquilo que temos. Alguns camaradas apresentaram, como é natural, os seus problemas como os mais urgentes. Houve algumas regiões que, nos seus relatórios, disseram «a minha região é que tem mais dificuldades e é aquela que é mais abandonada». Isso mostra que, se por um lado as pessoas têm o interesse em melhorar o seu trabalho, também mostra que, por outro lado, há muito subjectivismo que é próprio do homem: «puxar a brasa para a sua sardinha» — considerou o secretário-geral, camarada Boal.

INTENSIFICAR A LUTA CONTRA AS GRANDES ENDEMIAS

Entre as importantes decisões e recomendações saídas na ANSAR, destacam-se o

reforço do combate às grandes endemias, a adopção de um regulamento da Administração Hospitalar, a realização de inquéritos epidemiológicos sobre a saúde mental e sobre as doenças venéreas, estatística, medicina no trabalho, a política de quadros, a revisão de salários, criação de centros de saúde, desenvolvimento comunitário e medicina tradicional.

A ANSAS propõe a intensificação das actividades da luta contra as grandes endemias, dando particular atenção à organização, integração, descentralização e formação de pessoal; que seja dada grande atenção à participação da população, nomeadamente através da educação sanitária e, nos casos de paludismo e oncocercose, que sejam feitas as necessárias diligências no sentido de se conseguir uma cooperação estreita das organizações internacionais dos países vizinhos.

Entre essas doenças, temos a tuberculose, a lepra a oncocercose, paludismo, filárias, tripanossomíase e doenças venéreas. As vacinações contam para a erradicação de algumas delas. Quanto ao último caso, a Assembleia propõe a realização de um inquérito epidemiológico sobre as doenças sexualmente transmitidas e estudo da institucionalização do tratamento gratuito para os seus portadores.

Ainda no combate contra as doenças venéreas, os quadros da Saúde propõem também a realização de campanhas de esclarecimento e informação da população, especialmente das camadas mais jovens e que seja proibida a administração de antibióticos sem receita médica.

No que se refere à integração das estruturas dos serviços de Saúde, recomenda-se ao director-geral da Saúde Pública a responsabilidade de elaborar um documento completo sobre o assunto, a ser apresentado ao Conselho de Direcção até 31 de Março próximo.

A Assembleia delibera que sejam criadas condições que permitam, em colaboração em Cabo Verde, a realização de um inquérito epidemiológico, concernente à saúde mental e que seja solicitada a ajuda de outros departamentos estatais no sentido de fornecimento de apoio às actividades de ressensibilização dos doentes mentais. Estas recomendações estão ligadas à elaboração de um plano de desenvol-

vimento da saúde mental, em 15 anos, repartido em quinênios.

O problema da água também mereceu a atenção dos quadros de saúde que propõem a adopção de normas de controle de qualidade da água de abastecimento à população. Decidiu-se também que se alertem os departamentos responsáveis, nomeadamente os Recursos Naturais, para o reforço de uma colaboração estreita no abastecimento de água potável, especialmente nas zonas em que se processam os programas de desenvolvimento comunitário.

Considerando a importância da cooperação internacional na estruturação do sistema de saúde no país e tendo em conta as dificuldades de integração dos cooperantes na realidade nacional decorrentes de algumas indefinições, a Assembleia aprovou a proposta de, entre outros pontos, estudar a possibilidade de garantir a estadia dos cooperantes num prazo não inferior a dois anos.

Da mesma forma, encarar a possibilidade de criação de cursos de iniciação ao portu-

guês e crioulo e, por outro lado, foi anexado a esse documento final, um projecto das obrigações e direitos dos cooperantes e suas relações com o CESAS — Comissariado de Estado de Saúde e Assuntos Sociais. Nesse aspecto, os cooperantes gozarão dos direitos reconhecidos aos quadros nacionais, exceptuando-se tudo o que colide com a sua qualidade de cooperante.

NOMEAR UMA COMISSÃO DE ESTUDO PARA FORMAÇÃO DE QUADROS

Entre os temas da reunião, a política de formação de quadros da saúde e os salários são dos pontos que suscitaram maior discussão, tendo resultado na elaboração de um projecto a ser estudado a cargo de uma comissão já nomeada para conduzir o estudo até Abril próximo. A Comissão traçará um novo programa de formação de quadros e de reciclagem intensiva do «pessoal mais velho» e apresentar certas soluções aos problemas pertinentes levantados na reunião.

O problema dos salários tem uma especial importância para os trabalhadores da saúde, pois, segundo os esclarecimentos prestados pelo Dr. Boal, «Os trabalhadores da saúde eram até aqui considerados como profissionais liberais e, portanto, o salário estabelecido no tempo colonial era baseado no facto de que um enfermeiro e um médico podiam praticar a medicina privada, além do vencimento mensal».

«Dado que nós suprimimos a medicina privada, esses funcionários estão em situação de inferioridade em relação a outros da mesma categoria ou àqueles que gastaram o mesmo tempo para se formarem» — sublinhou ele para referir à comissão que o Governo pensa nomear no pró-

ximo ano, para o estabelecimento de uma nova gama de salários da Função Pública em geral, a partir do ano 80.

Considerando a necessidade de estabelecer uma rede de instituições periféricas de saúde que cubra racionalmente o país e considerando também a necessidade de enquadramento de tais no quadro da integração dos diversos serviços complementares da Saúde, a Assembleia recomenda a criação de um centro de Saúde para cada cinco mil habitantes, quer nos bairros dos centros urbanos, quer nas secções do meio rural.

Sobre a transferência dos quadros, decidiu-se que todos os recém-formados devem prestar serviço nas instituições periféricas da saúde, durante cerca de quatro anos. Também decidiu-se acabar com as transferências massivas que possam perturbar o

funcionamento de grandes instituições hospitalares.

O desenvolvimento comunitário, tal como havia sido definido pelos técnicos do Desenvolvimento Rural, não realiza com êxito os problemas das populações sem que haja uma acção coordenada entre os sectores estatais que participam directamente na vida rural.

Assim, a Assembleia da Saúde propõe a realização, pelo Comissariado, de seminários com a participação de representantes do Partido e outros departamentos de Estado — Coordenação Económica e Plano, Educação Nacional, Desenvolvimento Rural e Obras Públicas, incluindo a própria Saúde, como é evidente — com vista à definição de concessões e metodologias sobre o desenvolvimento comunitário e à elaboração de um programa de acção para as zonas rurais.

Farmacia

HOJE — CENTRAL FARMEDI N.º 2 — Bairro de Belém, telefone 3437.

AMANHÃ — HIGIENE — Rua António N'Bana, telefone 2520.

SEGUNDA-FEIRA — CENTRAL FARMEDI N.º 1 — Rua Guerra Mendes, telefone 2460.

Telefone

Bombeiros Voluntários — 2222.
POLÍCIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.

Cinema

HOJE E AMANHÃ — Às 18,15 o filme — «Montanha Negra» — E às 21 h. — «O Porteiro».

SEGUNDA-FEIRA — Às 18,15 o filme — «Revolução de 1870» — E às 21 h. — «A Única Saída».

Nô Pintcha

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados. Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS. ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China. Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726. Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Um ano	700,00 P.G.
Seis meses	450,00 P.G.
Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:	
Um ano	800,00 P.G.
Seis meses	550,00 P.G.
Caixa Postal, 154	BISSAU-GUINÉ-BISSAU

Desporto

Secretário-Geral da zona 2 do desporto africano no país

Para contactos de trabalho com responsáveis pelo desporto nacional, no quadro dos preparativos do torneio da segunda edição da Taça Amílcar Cabral que se realizará na primeira semana de Janeiro de 1979, chegou na segunda-feira passada a Bissau, o Secretário-Geral da Zona 2 do Desenvolvimento do Desporto em África, Garang Coulibaly.

Durante a sua permanência no nosso país, aquele responsável do Conselho Superior dos Desportos Africanos estudará com o nosso Governo, questões respeitantes ao próximo encontro dos Ministros da «Zona 2», o qual deverá coincidir, em Janeiro, com a realização do torneio para a Taça Amílcar Cabral.

Anúncios

Precisa-se

«As Linhas Aéreas da Guiné-Bissau — LIA — abrem concurso para assistentes de bordo:

- CONDIÇÕES DE ADMISSÃO
- Ser do sexo feminino;
 - solteira e sem filhos;
 - Boa presença;

d) — Habilitações mínimas 5.º ano ou equivalente;

e) — Conhecimento de inglês e francês;

f) — Idade compreendida entre os 18 e 25 anos.

As inscrições podem ser feitas na secretaria das LIA-Aeroporto de Bissau ou na Secção do Tráfego, que se encontra a funcionar no edifício do Comissariado do Esta-

do de Transportes e Turismo-Telefone n.º 3004 — dentro das horas do expediente.

No acto da inscrição as candidatas devem apresentar o Bilhete de Identidade, certificado de habilitações literárias e uma fotografia.

AVISO

A Direcção-Geral do Comércio Interno, avisa o público consumidor de que os pre-

ços que devem ser praticados na venda de vinhos, recentemente distribuídos pelos vários mercados do País, são os seguintes:

Vinho tinto avulso (Bidão) — 1 litro 75 pesos, 3/4 litro 57 pesos 1/2 litro 37 pesos e meio, 1/4 litro 19 pesos.

Entampados — Vinho tinto em garrafas (10 l) 850,00 P.G. Vinho tinto e branco (engarrados) 110,00 pesos.

Zimbabwé: Aperta-se o cerco



Jovens combatentes da Frente Patriótica do Zimbabwé (Foto ADN)

A luta armada de libertação no Zimbabwé completou anteontem seis anos. Desde o seu desencadeamento, a luta de guerrilha contra o regime racista de Salisbúria, travada pelos patriotas agrupados na Frente Patriótica não deixou de radicalizar-se a ponto de Ian Smith reconhecer semanas atrás, que os combatentes da liberdade encontram-se em posição de vantagem, pelo que a solução do problema da Rodésia deve ser política.

Nos últimos meses, a guerrilha aproximou-se perigosamente dos principais centros urbanos, no seguimento da estratégia de estrangulamento das forças coloniais. A principal via de abastecimento e escoamento do regime de Smith — a estrada que liga Fort Victoria a África do Sul passando por Bett Bridge — foi cortada na sequência da operação de sabotagem aí efectuada pelos comba-

tentes da Frente Patriótica.

Mas a maior acção dos patriotas do Zimbabwé contra os racistas foi sem dúvida a operação que destruiu este mês os depósitos de combustível em Salisbúria.

Embora reconhecendo a sua derrota no terreno, o regime de Ian Smith continua reforçando o seu exército e sobretudo prossegue a contratação de mercenários, ao mesmo tempo que agride os países limítrofes solidários à luta de libertação do povo Zimbabwé, numa criminosa e vã tentativa de forçá-los a retirar o seu apoio aos combatentes da liberdade.

Segundo a revista moçambicana «Tempo», mais de 13 mil mercenários estrangeiros ao serviço do regime ilegal da Rodésia são largamente utilizados nas operações contra os guerrilheiros, assim como contra os países independentes de África.

Não-Alinhados

Bureau de coordenação estudará a situação na Africa Austral

HAVANA 22 — A próxima reunião do Bureau de Coordenação dos países Não-Alinhados em Maputo reveste-se de grande importância porque irá analisar a situação na África Austral — declarou o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano.

«É um momento favorável para que o movimento dos Não-Alinhados proceda a uma análise comum das manobras imperialistas na África Austral que afectam todo o nosso continente e representam uma ameaça contra a independência de toda a África», disse Chissano numa en-

trevista concedida à revista cubana «Bohemia».

O chefe da diplomacia moçambicana acrescentou que a reunião de Maputo examinará uma das questões fundamentais que constará na ordem do dia da cimeira de Havana — a libertação da África Austral. (Tanjug)

Presidente Sekou Touré vai a Paris

CONAKRY, 22 — O presidente Sekou Touré fará uma visita «de Estado e de amizade» à França, numa data a fixar, indicou ontem o comunicado final da visita oficial de três dias à Guiné-Conakry, de Valéry Giscard D'Estaing, chefe de Estado francês.

Menos de duas horas bastaram a Giscard D'Estaing para ir de Paris a Conakry a bordo de um «Concorde» supersónico. Contudo, foi preciso 20 anos para vencer esta mesma distância e acolher um presidente francês na capital guineense. Os observadores consideram que a chegada de Giscard a Conakry representa o encerramento feliz da primeira fase, a mais difícil, do melhoramento das relações entre os dois países depois da ruptura que durou quase dois decénios.

A Guiné recusou jun-

tar-se à «comunidade» franco-africana e escolheu a independência. A França de Charles De Gaulle respondeu com medidas de potência colonial brutal e a ruptura foi completa.

Hoje, após a visita de Giscard D'Estaing, a

Guiné e a França restabeleceram relações normais e vão mesmo reunir-se antes de Março do próximo ano a fim de negociarem acordos de cooperação económica, financeira, cultural, científica e técnica. — (FP, Tanjug).

A OEA examina a questão do canal de Beagle

WASHINGTON 22 — O conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) devia reunir-se ontem para tratar do problema do canal de Beagle que opõe a Argentina e o Chile. Esta reunião fora convocada pelo Chile, cujo representante junto da OEA em Washington, Maria Ovarzun, entregou ontem o pedido para uma reunião urgente desta organização.

A ruptura de negociações entre o Chile e a Argentina a propósito do canal de Beagle «poderá conduzir a um conflito armado entre os dois países», precisou o pedido chileno. «Esperamos que a OEA tome medidas apropriadas para manter a paz neste hemisfério», declarou por seu lado Ovarzun. (FP)

Greves laborais de 24 horas paralizaram anteontem a França

PARIS 21 — A maior parte da França paralizou-se anteontem durante 24 horas, para protestar contra a política social do governo, contra a diminuição do nível de vida das massas e contra o aumento do desemprego que neste momento atinge 1,7 milhões de pessoas, principalmente jovens.

Milhares de empresas, jornais, escolas, centenas de comboios e autocarros imobilizaram-se, seguindo o apelo lançado pela Conferência Geral dos Trabalhadores (CGT) para fazer de 21 de Dezembro «O Dia Nacional de Acção».

O apelo da CGT, apoiado pelo partido comunista, obteve um vivo eco entre os operários e empregados que protestaram contra a ofensiva da burguesia sobre os seus direitos. A tentativa de reduzir as conquistas da classe operária no domínio da segurança social, provocaram uma profunda indignação no país.

«O Dia Nacional de Acção» constituiu uma advertência dos trabalhadores que não querem carregar o fardo da crise do sistema capitalista. O ponto culminante das manifestações foi um importante desfile que passou pelas grandes artérias de Paris. A CGT considerou positivo o balanço do «Dia Nacional de Acção», «devido às dificuldades de realizar a acção unitária quando as festas estão à porta». — (Tass, FP)



NOVA BARRAGEM NA NIGÉRIA

LAGOS 22 — A barragem de Bakalori, que terá uma capacidade de 400 milhões de metros cúbicos de água e permitirá irrigar o estado árabe de Sokoto, no noroeste do país, foi oficialmente aberto. A barragem irrigará cerca de 200 hectares de terras onde serão plantadas milho, trigo, arroz, tomates e cebolas. A barragem constitui apenas um dos elementos do projecto de desenvolvimento da margem do rio Riima, no estado de Sokoto, que deve ser concluído em 1981. Este projecto permitirá também a instalação de indústrias alimentares. — (FP)

PRESIDENTE DO QUÊNIA CONVIDADO A IR À CHINA

NAIROBI 22 — Daniel Arap Moi, chefe de Estado do queniano, foi convidado a visitar a China. O convite oficial foi entregue anteontem ao vice-ministro queniano dos Negócios Estrangeiros, Peter Muigai Kenyatta pelo embaixador chinês em Nairobi, Wang Yue. O Governo queniano decidiu reabrir há semana a sua embaixada em Pequim, fechada em 1976 na sequência de uma tensão entre o Quênia e a China. — (FP)

REABERTO O TRÁFICO ENTRE ASMARA E KEREN

ADDIS-ABEBA 22 — Já foi restabelecido o tráfico entre a capital da Eritreia, Asmara, e a cidade de Keren, retomada no mês passado pelas tropas etíopes aos guerrilheiros eritreus. A rádio etíope que deu a notícia precisou anteontem que as tropas etíopes que reabriram a estrada há três dias também libertaram os seus arredores. As cidades e aldeias situadas ao longo da estrada começaram a receber víveres. — (FP)

AJUDA AOS REFUGIADOS

GENEVA 22 — O Conselho Ecuménico de Igrejas procura cinco milhões de dólares para ajudar os refugiados da África Austral. O comunicado de organização pública da Igreja nebra. Esperamos que será fornecida uma organização ou laico movimento. — (FP)

Questão do Sahara Ocidental Sub-Comité da OUA irá a Argel

NOUAKCHOTT 22 — Os presidentes do Mali e da Nigéria, membros do sub-comité da OUA encarregado de fazer o inquérito sobre o conflito do Sahara Ocidental, irão brevemente a Argel, Rabat e Nouakchott e contactarão os representantes da Frente Polisário para o efeito.

O chefe de Estado da Mauritânia, coronel Mustafá Ould Saleck, que se avistou com o presidente do Mali, considera que a acção do sub-comité está «subordinada à evolução da situação criada em Argélia pela doença do Presidente Houari Boumediene».

Mustafa Saleck manifestou esta reflexão no regresso de Bamako onde participou na quinta cimeira de OMVS (Organização para a Exploração do rio Senegal), que agrupa a Mauritânia, o Mali e o Senegal. O coronel Saleck indicou que à margem desta cimeira, discutiu com o seu homólogo maliano o problema do Sahara.

O chefe de Estado mauritaniano felicitou-se pelas «boas disposições» do presidente Mussa Traoré para encontrar uma solução negociada

do conflito do Sahara Ocidental.

O general Traoré participou em Kartum, em Novembro último, na reunião do comité da OUA

encarregado de examinar todos os dados da questão. (FP).

Addis-Abeba

Campanha de Alfabetização

ADDIS ABEBA 2 — O ministro etíope da Educação, Gohhu Wolde lançou um apelo a todos os etíopes educados para desenvolverem esforços a fim de acabar com o analfabetismo pondo os seus talentos e outros recursos à disposição dos departamentos e organizações de massas.

Segundo o ministro da Educação, os objectivos da Etiópia socialista são

serão realizados se o nível de consciência política das massas for efectivamente elevado.

A propagação da educação e a eliminação do analfabetismo deviam ser examinados como um dos problemas urgentes do nosso tempo. Segundo o ministro, a campanha contra o analfabetismo inscreve-se no quadro da campanha económica.

Revolução cubana

(Continuação na página 2)

conhecidas as realizações do Povo Cubano durante os vinte anos da Revolução», — disse o Embaixador cubano Alfonso Perez Morales ao acto da cerimónia.

A inauguração assistiram os camaradas Mário

de Andrade, Comissário da Informação e Cultura, Leonel Vieira, Director-Geral dos Assuntos Administrativos, Financeiros e Culturais do CEEN, Ana Maria Cabral, Directora do Departamento da Edição-Difusão do Livro e Disco, além de outros convidados.

Enviado de Sadate deixou o país

Deixou ontem o nosso país com destino a Senegal, no prosseguimento da sua visita de contactos com diversos chefes de Estado africanos, o assistente do Presidente da República Árabe do Egipto, Mamdouh Salem. Ao chegar ao nosso país, portador de uma mensagem pessoal do Presidente egípcio, Anwar El Sadate, para o camarada Presidente Luiz Cabral, Mamdouh Salem foi recebido em audiên-

cia anteontem, na ilha de Bubaque, pelo Chefe de Estado Guineense, na presença do camarada Fidélis Cabral d'Almada, membro do CSL do Partido e Comissário de Estado da Justiça.

A mensagem, cujo teor não foi revelado, trata segundo as palavras do assistente do Presidente Sadate, de questões de interesse mútuo entre os nossos dois países e, particularmente, de assuntos relacionados com

os últimos acontecimentos decorridos nas negociações em curso para a paz no Médio Oriente,

após os acordos base de Camp David, e das negociações que se prosseguiram na Casa Branca, em Washington.

Por outro lado, o assistente do Presidente egípcio avistou-se com o Comissário Principal, João Bernardo Vieira (Nino) com quem manteve conversações.

Importantes resultados na cimeira do OMVS

DAKAR — A última cimeira da Organização da Exploração do rio Senegal (OMVS) «marcou uma viragem irreversível», declarou Leopold Senghor, Presidente da República do Senegal, à sua chegada ontem a Dakar.

O Chefe de Estado senegalês fundamenta-se no facto de o financiamento necessário à construção de duas barragens previstas no programa da orga-

nização já existir e que a colocação da primeira pedra da barragem de Manantali, no Mali, foi fixada para o primeiro semestre de 1980, e que os dois textos jurídicos, importantes para o futuro desta organização já foram adoptados. Trata-se — precisou — de uma emenda de convenção que criou a OMVS, destinada a assegurar os investidores, e de um texto que garante que as

obras a realizar serão propriedade comum dos três Estados membros que são o Senegal, o Mali e a Mauritânia.

O Presidente Senghor sublinhou que não existe nenhuma ameaça de desintegração da OMVS e que os chefes de Estado desta organização estavam «verdadeiramente de acordo sobre os objectivos da OMVS e sobre a maneira de trabalhar em comum». (FP)

Resolução final

(Continuação das Centrais)

de trabalho sobre este assunto.

12 — Promover a efectiva participação dos trabalhadores, em cada local de trabalho, na análise e solução dos problemas relativos à protecção e higiene no trabalho, desenvolvendo um eficiente trabalho de divulgação por meio de cartazes, anúncios, concursos de conhecimentos e outros meios de publicidade, destacando os progressos obtidos e as deficiências que devem ser superadas.

SOBRE AS ASSEMBLEIAS DE PRODUÇÃO E SERVIÇO

1 — Considerando as Assembleias de Produção ou Serviço são um método eficaz para a conquista de uma maior produtividade do trabalho, contribuindo para a participação dos trabalhadores na direcção da produção e estimulando a actividade criadora das massas;

2 — Considerando que as Assembleias de Produção ou Serviço constituem uma forma importante de democracia, de controle social, e de participação prática na gestão económica;

3 — Considerando que as Assembleias de Produção ou Serviço representem uma fórmula adequada de impulsionar e controlar a produção e a produtividade desde a base, de apoiar e controlar os trabalhos da administração, de revelar reservas utilizáveis e recolher iniciativas e experiências aproveitáveis;

4 — Considerando que as Assembleias de Produção e Serviço representam a fórmula adequada para examinar os problemas da organização do Trabalho, os salários, a educação e capacitação, o aproveitamento mais adequado da jornada de trabalho e da maquinaria, o melhoramento da qualidade da produção e a diminuição do custo, o aperfeiçoamento da gestão

João Vaz revelação e utilização das reservas internas do trabalho; o aperfeiçoamento do trabalho; ponto de vista, considerando que nas Assembleias de Produção Conferência tevonhece aos trabalhadores os seus êxitos na mediação os destacados, fazendo assim parte primeira desde lação Patriótica;

UNTG. Conferência Nacional da UNTG propõe ao Por outro lado, de uma lei que institucionalize as as decisões al tomção e Serviço, estabelecendo as como que um impul administrações de prestar contas nossos trabalhador

mensalmente às mesmas da sua gestão económica. Nesta mesma lei deve-se regular a participação dos trabalhadores na direcção da economia e a forma e conteúdo da participação dos dirigentes sindicais nos conselhos de direcção das empresas, nos comissariados, etc.

SOBRE O TRABALHO IDEOLÓGICO E A SUPERACÃO SISTEMÁTICA DOS DIRIGENTES SINDICAIS

1 — Que a UNTG elabore, organize e desenvolva o sistema de preparação dos dirigentes sindicais, que compreenda a formação política e os aspectos próprios ao trabalho sindical, assim como a elevação dos níveis culturais.

2 — Que a UNTG crie escolas sindicais elementares em todas as regiões do País.

3 — Que a UNTG organize cursos e seminários dirigidos à superação em aspectos determinados do trabalho sindical.

4 — Desenvolver um programa de círculos de estudo de política nos locais de trabalho, iniciando-se pelo estudo do Relatório Geral apresentado a esta Conferência e de todos os seus materiais.

5 — Prestar atenção especial à selecção de orientadores dos círculos políticos a fim de garantir a qualidade desta actividade.

SOBRE DESPORTO E CULTURA

1 — Que os Comités Sindicais iniciem de imediato a tarefa de criar comissões de desporto e cultura em cada local de trabalho.

2 — Desenvolver actividades culturais e desportivas, dentro das condições possíveis, em cada Comité Sindical.

3 — Realizar, entre Comités Sindicais, encontros de cultura e desporto.

4 — Recuperar e construir com o esforço dos próprios trabalhadores, áreas desportivas e locais culturais, em todas as regiões do País.

SOBRE A EMULAÇÃO PATRIÓTICA E SEUS ESTÍMULOS

1 — Propôr ao governo que adopte uma lei que formalize a elaboração e a execução dos planos de Emulação Patriótica em cada local de trabalho do País.

2 — Regulamentar a forma de participação das administrações nos referidos planos e a ajuda que estas devem dar aos mesmos.

3 — Legalizar os estímulos propostos na Emulação Patriótica, reconhecendo-se o valor que representa essa actividade dirigida a cumprir a gestão económica Estatal.

SOBRE A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

1 — No intuito de impulsionar tudo o que foi discutido nesta Conferência assim como os planos futuros da UNTG, e tendo em conta o valor da importante função da Informação e Propaganda;

2 — É necessário que a UNTG reforce esse sector da sua actividade com todos os meios ao seu alcance e criando comissões de divulgação e propaganda em cada Comité Sindical.

3 — Daí a necessidade de se continuar a publicação do boletim quinzenal, aumentando as suas páginas e conteúdo, e de se nomear os responsáveis da informação, agitação e propaganda, em cada Comité Sindical.

4 — Lutar para que no ano de 1979 se possa publicar regularmente o jornal periódico «O Trabalhador».

5 — Prestar uma atenção especial à utilização de todos os meios possíveis para levar aos trabalhadores a mensagem e as orientações da UNTG.

FINAL

1 — Os delegados reunidos nesta 1.ª Conferência Nacional, em nome de todos os trabalhadores do País, decidem apoiar militantemente as decisões, documentos, etc., emanados desta histórica reunião. Eles enviam uma calorosa saudação aos trabalhadores, Povo irmão de Cabo Verde e à sua Central Sindical (UNTC-CS), reafirmando a sua decisão inabalável de agir no sentido da aceleração da realização do objectivo comum da construção da Unidade Guiné/Cabo Verde, de acordo com o programa do nosso glorioso Partido — o PAIGC.

Por último, a 1.ª Conferência Nacional da UNTG afirma, em nome de todos os trabalhadores da Guiné, o nosso mais amplo apoio a todos os trabalhadores que, através do Mundo, travam a luta contra a exploração do homem pelo homem e contra os regimes exploradores racistas e dictatoriais, desejando-lhes êxitos nas suas lutas e confiança sem falhar na vitória final.